
A IDEOLOGIA DE HOMOGENEIZAÇÃO: REFLEXÕES CONCERNENTES À
QUESTÃO DE HETEROGENEIDADE NA LINGÜÍSTICA

Kanavillil RAJAGOPALAN

UNICAMP

A ficção chamada homogeneidade lingüística é defendida no campo de Lingüística, desde o princípio, com base em argumentos de ordem metateórica*. Ou seja, por um lado reconhece-se o fato de que a fala é naturalmente heterogênea. Isto é, admite-se que a fala é repleta de diferenças e longe de ser uniforme, seja no eixo vertical onde existem variações que têm a ver, por exemplo, com o nível socioeconômico dos falantes, seja no eixo horizontal, onde se observam as variações correlacionadas à diversidade geográfica dos subgrupos que compõem a comunidade de fala. Os falantes de qualquer língua, em outras palavras, diferem-se uns dos outros, no que diz respeito ao sotaque, ao léxico, e, às vezes, até mesmo, à sintaxe (tida como o componente mais 'estável' de todos). Por outro lado, a língua, ao contrário da fala, dizem os teóricos, deve ser encarada como uma instância onde prevaleceria completa homogeneidade - pois, sem tal artifício de idealização, seria impossível trabalhar cientificamente o fenômeno que chamamos de "a linguagem". O uso do 'rolo compressor' de homogeneização, de uniformização, da linguagem é, dessa forma, legitimado em nome da ciência. Diz Lyons (1968:140): "Quando dizemos que duas

*A pesquisa relatada neste trabalho faz parte de um projeto financiado pelo CNPq (Processo nº 306151/88-0).

peçoas falam uma mesma língua, estamos necessariamente fazendo uma abstração das diferenças de todos os tipos na fala dessas peçoas. Essas diferenças, que refletem as diferenças de idade, sexo, grupos sociais diferentes, formação escolar, interesses culturais, e por aí a fora, são todas elas importantes e, ao menos em princípio, precisam ser explicadas pelo lingüista. Todavia, na fala de quaisquer indivíduos que se dizem 'falar a mesma língua' haverá aquilo que podemos chamar de 'cerne comum' - uma considerável sobreposição nas palavras que eles empregam, a maneira como combinam as palavras em sentenças e o significado que atribuem às palavras e às sentenças." Para lembrar a famosa afirmação (com certeza uma das que tem sido mais citada nos últimos tempos) de Chomsky (1965:3): "A teoria lingüística se concerne ao falante/ ouvinte ideal, numa comunidade de fala *completamente homogênea*, que conhece sua língua perfeitamente bem." (ênfase acrescida). Chomsky prossegue lembrando que a tendência de homogeneização sempre esteve presente na lingüística em sua fase moderna e, em sua opinião, não havia nenhum motivo para querer alterá-la. Mesmo trabalhando dentro de uma perspectiva teórica bastante diferente à de Chomsky, Searle (1969:56) concorda e diz categoricamente: "Sem abstração e idealização, não há sistematização".

Acontece que, na prática, não é nada fácil distinguir entre homogeneização e "higienização". O termo "higienização" tornou-se de uso corrente entre os lingüistas brasileiros a partir de seu emprego por Cláudia Lemos (cf. de Lemos, 1982). Com suas claras implicações de "sujeira" e a necessidade de "limpar" o fenômeno da linguagem antes de submetê-la à análise científica, a palavra "higienização" capta muito

bem o que na verdade costumamos fazer com os nossos tão-decantados "dados". Estes sempre passam por uma cuidadosa operação de "triagem" antes de serem submetidos ao exame teórico. Pois, ao contrário do que somos levados a crer freqüentemente, os dados nunca se apresentam enquanto tais, isto é, com toda a pureza e a inocência que acreditam ser-lhes próprias. Eles são antes "escolhidos", tendo em mente determinados interesses, ditados, como não poderia ser de outra forma, pelas pretensões teóricas do próprio cientista/ investigador (Em nosso caso, o lingüista que defende a abordagem teórica preferida). Ou seja, o que entra como a "matéria prima" do trabalho teórico nunca é um conjunto de dados achados *in natura*. Nenhum teórico está disposto a submeter sua teoria à prova de todos os dados que se apresentam no caminho. Só serão contemplados os dados *relevantes*. Pergunta: relevantes a quê? A resposta só pode ser a de que eles são relevantes - pasmem - para as metas teóricas específicas de quem elaborou o arcabouço teórico em primeiro lugar. Os dados são como os aspirantes ao Reino de Deus: muitos são chamados; porém, são poucos os escolhidos. Para o modelo chomskiano, por exemplo, os dados empiricamente coletados do desempenho lingüístico (*performance*) dos falantes de verdade apenas servem como evidência indireta, uma vez que os únicos dados *relevantes* do ponto de vista dessa teoria são aqueles que fazem parte do *conhecimento* tácito (*competence*) do falante/ ouvinte ideal, que nada teria a ver com seus primos de carne e osso. Stanley Fish (1980) sustenta a tese - um pouco estranha à primeira vista, mas sem sombra de dúvida procedente, guardadas as devidas proporções - de que toda teoria se acha "fadada" a ser confirma-

da pelos dados que ela mesma prevê como admissíveis, posto que os dados que podem vir ameaçá-la são, sem qualquer cerimônia, rejeitados como não relevantes. Dentro dessa perspectiva, nenhuma teoria jamais será refutada (como prevê, por exemplo, o famoso "critério de falsifiabilidade" sugerido pelo filósofo de ciência Karl Popper). As teorias seriam descartadas não porque o volume de dados "incômodos" as tornariam inviáveis, mas porque seus adeptos já não se sentiriam mais tão entusiasmados em defendê-las, diante do surgimento de novas propostas teóricas bem mais excitantes e cheias de novidades. Dito de outra forma, os adeptos da teoria em desprestígio simplesmente teriam "se cansado" dela e partido para outras abordagens teóricas que oferecem a eles mais prazer de "descobrir" coisas - de forma análoga ao que transcorre no mundo de modas ou de cultura popular.

Voltando à questão de como a proposta de homogeneização acaba se confundindo com a prática de higienização, é preciso frisar que a questão é, no fundo, indubitavelmente *ideológica*, embora a motivação ideológica subjacente à construção de teorias científicas tende a ficar camuflada pelo apelo constante à objetividade científica e à neutralidade do cientista (cf. Coracini, 1991). Na verdade, o aspecto ideológico da Lingüística tem chamado a atenção de diversos pesquisadores nos últimos tempos. Fairclough (1989:22) chega a levantar a seguinte pergunta curiosa: "Será que foi por um simples acaso que o surgimento do conceito de *langue* ocorreu num período em que o mito da "língua nacional" estava no seu auge - isto é, na virada do século XX?" Pennycook (1994) chama a atenção para o fato de que a Lingüística (em sua fase moderna, ou seja, de Saussure em diante) é uma "for-

mação cultural européia”. Segundo esse autor, “À medida que os novos Estados, que emergiram no período pós-Renascentista, se esforçavam para tirar seus cidadãos da influência da Igreja e ao mesmo tempo fortalecer seu domínio sobre grupos diversos entre seus povos, forjando para tal fim o conceito de etnias homogêneas, nasceu a idéia, de importância fundamental, de a *língua* como meio de comunicação compartilhado por membros desses mesmos grupos nacionais/ culturais.” (Pennycook, 1994:117-8). Escrevendo no mesmo espírito, David Lightfoot (1995:393) nos surpreende ao afirmar que um termo como “a gramática de francês” não designa nada, pois “[...] ele é comparável a vidas francesas, cérebros americanos, humor irlandês, etc.; ninguém acredita que existem de fato tais entes; eles são meras abstrações convenientes.” O que Lightfoot deixa de registrar é que o uso ideológico dessas “convenientes abstrações” tem conseqüências bastante sérias e por que não dizer, até perigosas. Retomaremos essa questão adiante.

Se por um lado o desejo de homogeneidade preconizado pelas mais variadas teorias lingüísticas revela-se um mero reflexo do sonho político acalentado pelo surgimento do sentimento de nacionalismo na Europa, por outro lado a idéia de “Uma nação/ uma língua” também serviu como medida da união dos povos e do futuro das nações. Na década de 70 - do nosso século -, houve quem achasse perfeitamente científico perguntar se não existiria uma correlação negativa entre o grau de multilinguagem num país e o tamanho do seu PIB. Para Pool (1972), não havia nenhuma dúvida de que o multilinguagem em países com a Índia estava diretamente relacionado ao subdesenvolvimento

econômico, com a moral inconfundível de que o multilinguismo havia de ser combatido com planejamento lingüístico corretivo.

Da mesma forma que o conceito de língua, por definição homogênea, foi fabricado, conforme nos dizem autores como Fairclough, com o intuito de servir a interesses ideológicos muito precisos, o conceito de "o falante de língua" também é carregado de ideologia. Não é difícil demonstrar que os dois conceitos são, na verdade, mutuamente imbricados. Assim, o que um falante da língua *x* fala é a língua *x*, e ponto final. O que é, então, a língua *x*? "Tudo o que o falante [identificado na definição anterior] é capaz de dizer." Ou seja, a língua, no caso, é definida a partir do conceito de falante, o qual, por sua vez, invoca precisamente o conceito de língua para sua sustentação conceitual. A verdade é que, mesmo após séculos e milênios da longa tradição de pensar a respeito da linguagem, não se tem ainda nenhuma definição do que vem a ser uma determinada língua, isto é, uma língua *x*, digamos o português, definição essa que leve em conta apenas critérios estritamente lingüísticos. A Lingüística é obrigada a apelar para critérios geo-políticos e ideológicos para definir os contornos de línguas particulares. Da mesma forma, o conceito do falante nativo também é, no fundo, um conceito imbuído de conotações ideológicas.

Para se ver de perto como o conceito de falante nativo não é algo ideologicamente inócuo, é preciso nos conscientizarmos de que o que se procura imaginar é, no fim das contas, um grau de "pureza" lingüística, jamais atingível na vida real, ainda que tal manobra seja justificada, conforme vimos, como artifício necessário para fins teóricos. O que se procura, em outras palavras, é o Bom Selvagem lingüístico, não

"contaminado" pelo contato com falantes de outros idiomas. Acontece que, mesmo no caso de Rousseau que imaginou um ser tão irreal, ele jamais passou de uma quimera. Como foi também uma tremenda quimera a idéia de um puro "ariano", um espécime de 24 quilates da raça ariana, sonhada pelo ditador alemão Adolf Hitler. A pergunta que faço agora é: será que não seríamos capazes de cometer tantas atrocidades em nome de um ideal lingüístico como foram feitas em nome do ideal étnico? Essa questão foi levantada recentemente (cf. Rajagopalan, 1997) num debate, ainda em curso, sobre um caso concreto: quem é o falante nativo da língua inglesa?

Tudo começou com a publicação de um texto gerador (Singh, R. et alii. 1995), um texto assinado por quatro autores, de origem indiana, que puseram para discussão a pergunta "Quem é o verdadeiro dono da língua inglesa?". É preciso, antes de mais nada, tomar conhecimento do contexto político-ideológico dessa pergunta? Pois engana-se quem pensa que a pergunta é apenas um caso específico de uma indagação genérica e perfeitamente legítima. O que raramente se discute no âmbito da ciência da linguagem, da Lingüística, é que o inglês já não é mais um simples "instrumento de comunicação" como qualquer outra. Ele é uma mercadoria. Não é à toa que, como revelam autores como Phillipson e Pennycook, agências como *Conselho Britânico* e diversos órgãos do Governo Norte-Americano investem milhões e milhões de dólares dos contribuintes dos respectivos países na causa do idioma. Investimento na língua inglesa tem retorno garantido. Acontece que, ao contrário do que era o caso, digamos alguns séculos atrás, línguas como o inglês não são mais restritas a nenhuma nação-estado. A

partir da colonização em grande escala (e, inegavelmente, nenhuma outra nação européia teve tamanho sucesso nessa empreitada), a língua inglesa passou a ser falada nos quatro cantos do mundo, não só na chamada Comunidade Britânica (British Commonwealth of Nations), mas também fora do seu âmbito. Num contexto como esse, a pergunta sobre quem é verdadeiro falante-nativo da língua inglesa adquire conotações nem sempre confessadas, inclusive de ciúme e interesses comerciais.

Para "complicar" ainda mais a situação, a língua inglesa, tal como ela é falada nos quatro cantos do mundo, é algo extremamente heterogêneo - como, aliás, é de se esperar com qualquer idioma que se espalhe numa extensão territorial tão vasta, haja vista o caso do Latim no período da expansão do Império Romano. "A Grã-Bretanha e os Estados Unidos são dois países separados pelo mesmo idioma", como chegou a brincar o romancista de origem inglesa George Orwell (Nascido na Índia, este autor conhecia como ninguém o caráter inevitável da heterogeneidade lingüística). Mas as diferenças não param por aí. Além dos países como Nova Zelândia e Austrália onde a língua inglesa permanece como a única língua regularmente utilizada pela maioria dos cidadãos, existem outros tantos como África do Sul, Nigéria, Kenya, Filipinas, Singapura, Malásia, Índia, Paquistão, Sri Lanka, etc., onde a língua inglesa continua sendo usada como a língua oficial. Nesses países, o governo funciona em inglês (as ordens são emitidas e repassadas para as várias instâncias da burocracia em inglês, as discussões nas legislaturas são conduzidas, na maior parte, em inglês, a imprensa escrita e falada funciona em grande parte em inglês, e, finalmente, as crianças

são alfabetizadas em inglês junto com um outro idioma local (Desde os meados da década de 50, a Índia vem praticando a assim-chamada *three-language-formula*, segundo a qual, nos primeiros anos de escolarização, todas as crianças são obrigadas a aprender a ler e escrever 3 línguas, a saber: o inglês, a língua oficial e língua franca do país, a hindi, a língua que o governo federal espera promover como a língua nacional, é a língua do estado em que vivem as crianças - os estados são demarcados com base na língua que se fala predominantemente.).

Diante de um quadro como o que foi desenhado no parágrafo acima, seria ingenuidade pensar que a pergunta "Quem é dono do inglês?" fosse simplesmente algo motivado por uma curiosidade lingüística. Trata-se, como já disse, de uma questão político-ideológica. Pois está em jogo uma série de interesses, inclusive o de domínio sobre outras nações - um fenômeno que vem sendo chamado de "neocolonialismo" (cf. Phillipson, 1992). Isso ficou amplamente comprovado, no meu modo de entender, pela discussão entusiasmada que o texto gerador conseguiu despertar. Nada menos que 10 lingüistas, alguns deles de renome internacional, se prontificaram a responder a pergunta e somaram esforços para discutir a questão central que é, no fim das contas, a validade e legitimidade de um conceito fundamental para a lingüística que é o conceito de "falante nativo" (cf. Afendras et alii., 1995).

Não há espaço para esmiuçar todos os argumentos que foram levantados nessa discussão. Mas vale a pena fazermos um rápido apinhado de algumas das posições esboçadas. Afendras (Afendras et. alii 1995: 296) afirma que "o que vai decidir a questão são as dimensões econômicas e políticas e não os detalhes lingüísticos". Na ótica de Mi-

llar, o que está em discussão são “as ideologias e as assunções que estão por trás das classificações e argumentos utilizados na pesquisa lingüística”. Para ela, um termo como “inglês britânico” não é um termo de generalização (*cover term*), mas, sim, um termo que serve para mascarar algo (*masking term*)” (Afendras et. alii, 1995:299). Outros autores como Aogáin e Bamgbose foram um tanto ambíguos em suas reações. Por um lado, reconheceram a dimensão política do conceito do “falante nativo”; por outro lado, também queriam manter o conceito de alguma forma: nas palavras de Bamgbose (Afendras et alii, 1995:304), “A lógica da situação é que, do ponto de vista metodológico, teórico, e funcional, faz sentido manter a distinção entre variedades nativas e não nativas de inglês”. A lingüista indiana Yamuna Kachru foi bastante contundente em sua reação, dando expressão a toda sua angústia diante do questionamento de uma das “vacas sagradas” da Lingüística Moderna. Segundo ela “a discussão do painel se baseia num profundo mal-entendido, proveniente de uma notável indiferença ou desconhecimento de três décadas de pesquisa sobre “world Englishes” (pesquisa essa, na qual o marido da própria autora, Braj Kachru, desempenhou papel importante) (Afendras et alii, 1995:305). Priesler foi mais irônico ainda quando decretou que o texto gerador “foi muito mais sobre ‘correção política’ do que sobre sociolingüística.” (Afendras et alii., 1995:311). Peter Trudgill, conhecido sociolingüista e autor de um dos primeiros livros introdutórios na área que foi lançado no mercado (Trudgill, 1974), procura uma saída do impasse, sugerindo que a questão da “não-natividade” fosse deslocada para os falantes ao invés de ficar atribuída à variedade lingüística (Afendras et alii, 1995:315) (Argumentei

(Rajagopalan, 1997:229) que tal tática também não funciona, uma vez que, conforme já vimos, a língua e o falante são mutuamente imbricados). Florian Coulmas, um dos contribuintes à discussão optou pelo uso de circunlocução para não ter que se posicionar categoricamente. Nas palavras desse autor - por sinal, trata-se de alguém que foi organizador de um volume de ensaios muito citado na literatura intitulado *A Festschrift for Native Speaker* (Coulmas, 1981) -, "A idéia de que o conceito de falante nativo não é vácuo é um tanto questionável" (A sentença original em inglês: *It is rather questionable that native speaker is not a vacuous concept*). (Afendras et alii., 1995:317).

O que a polêmica em torno do conceito do falante nativo trouxe à tona foi a fragilidade de um dos conceitos-chave da Linguística Moderna (Rajagopalan, 1997). No fundo, todos reconhecem que o conceito tem sua sustentação em motivos ideológicos; ao mesmo tempo, todos também reconhecem que uma boa parte das nossas teorias linguísticas simplesmente se desmoronariam como castelos de areia, se fosse colocado em questionamento o conceito em questão. Pois, o fato é que, desde a sua inepção, a Linguística precisou criar a imagem de homogeneidade, de uniformidade, ainda que os fatos realmente "vivi-dos" desmentissem tais idéias.

É interessante verificar como os lingüistas têm vacilado na hora de se posicionar perante a questão de o que fazer com as chamadas variedades *non-standard*. Robert Hall (1950) chegou a pleitear a simples eliminação dos dialetos não-padrão. Bloomfield (1933:499) recomendou, não a eliminação, mas a substituição gradual da variante não padrão pela "norma culta." "Sem embargo, [o falante de dialeto não-

padrão] deve empenhar-se no sentido de substituir as variantes que ele reconhece como não-padrão pelas formas que ele percebe, pela própria experiência auditiva, como cultas". Roberts (1964:55) foi categórico ao afirmar: "Evidentemente, as crianças que vão para escola devem ser ensinadas com o dialeto de prestígio".

O mais curioso nessa última afirmação é o fato de que a própria distinção entre língua e dialeto jamais foi esclarecida em termos puramente lingüísticos ou formais. As definições usualmente encontradas em livros introdutórios e em dicionários de lingüística deixam mais dúvidas no ar do que conseguem dirimir. Vejamos, por exemplo, o que diz o *Dicionário de Lingüística* da Editora Cultrix (Título original em francês: *Dictionnaire de Linguistique*, Librairie Larousse, 1973): "O dialeto é uma forma de língua que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético, e que é usada num ambiente mais restrito que a própria língua." Ora, seguindo à risca uma definição como essa, nada nos desautorizaria a afirmar, por exemplo, que o francês é um dialeto do latim, já que tem "seu próprio sistema léxico, sintático, e fonético, e que [é] usad[o] num ambiente [leia-se, extensão territorial] mais restrito" que o latim (que, com essa manobra, passaria a ter outros "dialeto[s]" como o italiano, o espanhol, o português, etc.).

É diante da total insensatez de procurar distinguir entre língua e dialeto em termos puramente formais que autores como Smith (1984), Harris (1987) e Crowley (1989) insistem em que o que sustenta essas categorias é na verdade o jogo de poder. Vale a pena registrar a esse respeito que alguns lingüistas, impulsionados pelo mais nobre sentimento que juram ser de inspiração marxista, chegam a nos surpreender apro-

vando com evidente entusiasmo recomendações de colegas que querem - pasmem - a eliminação sumária de todos os dialetos de prestígio. Com satisfação incontida de quem acabou de achar o caminho infalível rumo ao socialismo lingüístico iminente, Newmeyer lembra as seguintes palavras de Joseph Emonds (1983): “[...] formas de prestígio não são construtos gramáticos, mas uma derivação extragramatical imposta [...] exclusivamente através de mecanismos culturais paralingüísticos da classe socio-econômica dominante”. Convém registrar que, até aqui, nada há de errado na afirmação de Emonds. Porém, logo depois vem a surpresa, pois, nas palavras entusiasmadas de Newmeyer (1982:110): “Emonds argumenta a favor da eliminação de todas as formas de prestígio da língua inglesa [...] que possam ser demonstradas como não pertencentes a nenhum dialeto natural da língua. Ele vê tal procedimento como um passo no sentido de esfacelamento de todas as distinções de classe no mundo anglofônico.” Detalhe curioso: num artigo escrito em parceria quase uma década antes, os próprios autores, Newmeyer e Emonds (1971:292), chegaram a criticar duramente a recomendação de Robert Hall no sentido de eliminar as formas sem prestígio.

O que as propostas radicalmente opostas entre si como as de Hall e Newmeyer têm em comum é a crença de que homogeneidade lingüística é algo não só desejável mas também efetivamente factível. Nesse sentido, ambos são herdeiros de uma longa tradição de pensar a respeito da linguagem, tradição essa que foi incorporada à Lingüística. Segundo tal tradição a língua é um fenômeno homogêneo e seus usuários são seres também dotados de total integridade e homogeneida-

de. Ou seja, tanto os casos de domínio incompleto de língua quanto os de heterogeneidade constatada em comunidades (todas elas, sem exceção) são relegados a um segundo plano, ou melhor ainda, "varridos para debaixo do tapete". O domínio incompleto ou imperfeito da língua é, por definição, atribuído aos aprendizes de língua estrangeira (Na verdade, isso é simplesmente o corolário do postulado de que o "falante nativo" tem domínio completo e perfeito sobre a sua "língua materna"). Tanto isso é levado a sério que a Linguística descarta sumariamente todos aqueles usuários da língua que não atingem a marca de completude e perfeição já estipulada. Isto é, para o lingüista, a fala do não-nativo não tem nenhuma utilidade, a não ser para fins de interesse secundário e periférico como a aprendizagem da língua estrangeira. A fala da criança também não interessa ao lingüista, a menos que ele esteja pesquisando o processo da aquisição da língua materna. (cf. Rajagopalan, no prelo).

No fundo, o que a ciência da linguagem quer isolar e enaltecer como objeto privilegiado são as instâncias de pureza e completude, seja a nível do indivíduo, seja a nível da comunidade de fala. Quando se verifica que tal pureza inexistente no mundo real, apela-se para a necessidade da homogeneização (= higienização) dos dados, em nome da ciência. Homogeneidade é uma bandeira, por sinal a mesma que serviu muitas ideologias fascistas ao longo da história da humanidade (Foi em nome de "higiene étnica" que foram cometidas tantas atrocidades nos campos de concentração de Hitler e, mais recentemente, Bósnia e Zaire - para lembrar apenas dois exemplos!). Ao levantar tam-

bém a bandeira de heterogeneidade, estaremos apenas tentando abraçar a causa do excluído.

Endereço eletrônico do autor: rajan@iel.unicamp.br

Referências Bibliográficas

- AFENDRAS, E. A. et. alii. (1995). 'On "new / non-native" Englishes: A gameplan.' *Journal of Pragmatics*, Vol. 24, nº 3, p.295-321.
- BLOOMFIELD, L. (1933). *Language*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.
- CHOMSKY, N.A. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass. MIT Press.
- CORACINI, M. J. (1991). *Um Fazer Persuasivo*. Campinas: Pontes/Educ.
- COULMAS, F. (1981). *A Festschrift for Native Speaker*. Háia: Mouton.
- CROWLEY, T. (1989). *The Politics of Discourse: The Standard Language Question in British Cultural Debates*. Londres: Macmillan.
- de LEMOS, C. (1982). 'Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original'. *Boletim da ABRALIN*, nº 3, p.97-126.
- EMONDS, J. (1983). *Adjacency in Grammar: The Theory of Language-Particular Rules*. New York: Academic Press.
- FARCLOUGH, N. (1989). *Language and Power*. London: Longman.
- FISH, S. (1980). *Is There a text in This class?* Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

-
- HALL, R. A. (1950). *Leave Your Language Alone!* Ithaca, N.Y.: Linguística.
- HARRIS, R. (1981). *The Language Myth*. Londres: Duckworth.
- HYMES, D. (1977). *Foundations in Linguistics: An Ethnographic Approach*. London: Tavistock Publications.
- LIGHTFOOT, D. (1995). 'Grammars for people.' *Journal of Linguistics*. Vol. 31. nº 2. p.393-399.
- LYONS, J. (1968). *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEWMAYER, F.J. (1982). 'On the applicability of transformational - generative grammar.' *Applied Linguistics*. Vol. III. nº 2. p.89-120.
- ____ & J. EMONDS (1971). 'The linguist in American society.' *Papers from the 7th Regional Meeting, Chicago Linguistic Society*. Chicago: CLS. p.285-303.
- PENNYCOOK, A. (1994). *The Cultural Politics of English as an International Language*. London: Longman.
- PHILLIPSON, R. (1992). *Linguistic Imperialism*. Londres: Oxford University Press.
- POOL, J. (1972). 'National development and language diversity'. Em J. Fishman (Org.), *Advances in the Sociology of Language*. Vol. 2. The Hague: Mouton. p.213-30.
- RAJAGOPALAN, K. (1997). "Linguistics and the myth of nativity: comments on the controversy over 'new/ non-native' Englishes". *Journal of Pragmatics*. Vol. 27. p.225-231.
- ____ (no prelo). 'O conceito de identidade na lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?' Em I. Signorini (Org.) *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras.

-
- ROBERTS, P. (1964). *English Syntax*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & World.
- SEARLE, J.R. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*.
Cambridge: Cambridge University Press.
- SINGH, R. et alii. (1995). "On 'new/ non-native' Englishes: A quartet" *Journal of Pragmatics*. Vol. 24. nº 3. p.283-294.
- SMITH, O. (1984). *The Politics of Language 1971-1819*. Oxford: Clarendon Press.
- TRUDGILL, P. (1974) *Sociolinguistics: An Introduction*. Harmondsworth: Penguin.